

DELAÇÃO DA ODEBRECHT

Empresa pagou por projeto que prejudicou o Estado

Ex-executivo revelou que a empreiteira deu dinheiro a políticos em troca da aprovação da medida que enfraqueceu o Fundap

Eduardo Alencar
Heloiza Camargo

A primeira das 77 delações feitas por ex-executivos da Odebrecht a vir a público revela que a empreiteira pagou caro para incluir no Congresso emendas em Medidas Provisórias (MPs) e projetos.

Entre as propostas estava a resolução do Senado 72/2010, que reduzia e uniformizava a alíquota de importação do ICMS de operações interestaduais para acabar com a chamada “guerra dos portos”.

A medida, aprovada em 2012, mudou as regras do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e reduziu as alíquotas de 12% para 4%, afetando diretamente a economia do Espírito Santo.

O ex-diretor da empreiteira, Cláudio Filho, em delação feita à Operação Lava a Jato, disse que foram pagos mais de R\$ 17 milhões a parlamentares em troca de apoio na aprovação de matérias e inclusão de emendas que favoreciam a Odebrecht. Filho cita 14 MPs e projetos que teriam sido modificados ao gosto da empresa e os pagamentos foram feitos entre 2006 e 2014 para sete parlamentares.

Na delação de 82 páginas, o ex-diretor da construtora disse que Marcelo Odebrecht levou a questão da “guerra dos portos” ao então ministro da Fazenda Guido Mantega, que teria dito, segundo ele, que a equipe econômica estava mobilizada para resolver a questão.

Ainda em seu relato, Filho declarou que coube ao senador Romero Jucá (PMDB) apresentar um projeto de lei que zerava as alíquotas de ICMS para esse tipo de operação.

O projeto só foi votado dois anos depois, em 2012. À época, de acordo com o delator, o senador teria solicitado “apoio financeiro” e recebeu cerca de R\$ 4 milhões.

Segundo outro trecho da delação, Jucá teria dito que os recursos não seriam apenas para ele, “mas também, como já havia ocorrido em outras oportunidades, para Renan Calheiros”.

A empresa também pagou R\$ 500 mil ao ex-senador Delcídio do Amaral por seus esforços na aprovação da resolução 72/2010, conforme Filho. Todos os políticos citados na delação de Cláudio Filho negaram que tenham recebido propina para aprovar qualquer medida no Senado.

OPERAÇÃO no Porto de Vitória: importação foi abalada com mudança no Fundap, reduzindo a arrecadação do Estado



RODRIGO GAVINI — 01/08/2016

Setor produtivo saiu no prejuízo

O redução da alíquota do ICMS do Fundap afetou toda a cadeia produtiva do setor de exportação e importação no Estado, segundo o presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação (Sindiex), Marcílio Machado. “Enquanto que antes da diminuição

chegou a arrecadação com este tributo chegou a R\$ 80 milhões por mês, hoje é de cerca de R\$ 42 milhões mensais. Com isso, todos foram prejudicados”, disse.

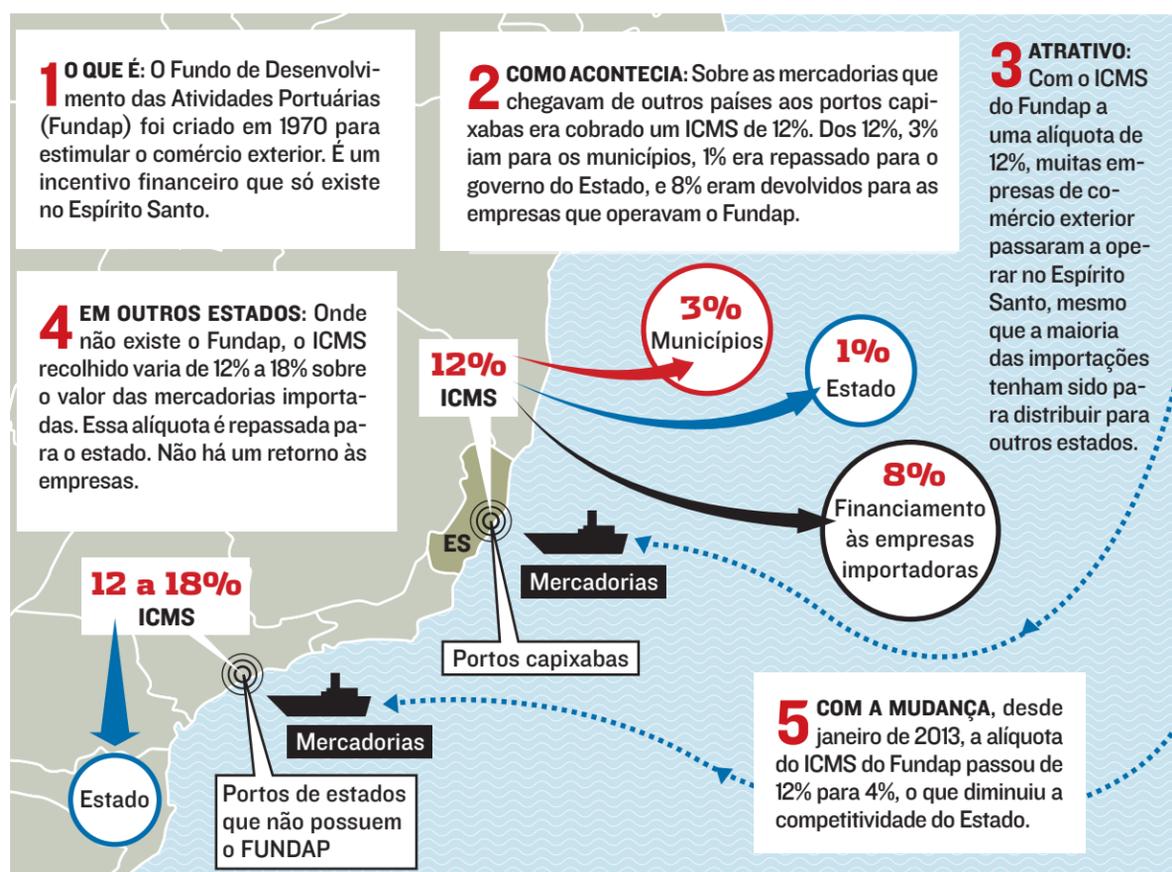
A Prefeitura da Serra informou, em nota, que “de 2013 a 2014, o município perdeu mais de R\$ 80

milhões com o fim progressivo do Fundap”. Procurada, a Prefeitura de Cariacica informou que não conseguiria calcular os prejuízos até o fechamento desta edição.

Já as prefeituras de Vitória e de Vila Velha não responderam aos questionamentos da reportagem.

Entenda o Fundap

Fundo existe há mais de quatro décadas



Fonte: Pesquisa AT

Aliados do Planalto vão tentar invalidar a delação

BRASÍLIA

Após a revelação da delação premiada do ex-executivo da Odebrecht Cláudio Melo Filho, que arrastou as cúpulas do Palácio do Planalto e do PMDB do Senado para o centro da Lava a Jato, governistas avaliam a possibilidade de pedir a anulação da delação por ter sido vazada antes mesmo da homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O grupo que defende a ação lembra, por exemplo, que a delação do diretor da OAS, Léo Pinheiro, que implicava o ministro do STF, Dias Toffoli, não foi homologada, depois de uma série de vazamentos.

No sábado, menos de 24 horas depois da divulgação do conteúdo do depoimento de Melo Filho à Procuradoria Geral da República, o procurador-geral Rodrigo Janot criticou o vazamento e anunciou rigorosa investigação.

Segundo um peemedebista defensor da anulação, a medida daria ao governo, pelo menos, um discurso político. Uma vez não homologada, a denúncia não poderia ser considerada verdadeira.

Ainda assim, este mesmo interlocutor do partido reconhece que, juridicamente, as declarações de Cláudio Melo Filho ainda poderiam ser usadas como ponto de partida para outras investigações.

A ideia, no entanto, não tem consenso no Planalto. Um auxiliar presidencial disse que o momento é de analisar “com frieza” todos os cenários, sem que haja precipitação. Nesta avaliação, a tese da anulação acaba enfraquecida porque, diferentemente da OAS, a delação da Odebrecht já foi assinada com o Ministério Público Federal.

Além de discutir os efeitos da denúncia e traçar uma reação a ela, o presidente Michel Temer está preocupado que a delação afete a votação das medidas de ajuste fiscal em tramitação no Congresso.

Em reunião, no fim da tarde de ontem, no Jaburu, Temer quis mostrar que o governo não ficou paralisado diante das denúncias da Odebrecht e quer garantir a aprovação da PEC do teto e da LDO de 2017, e do Orçamento se houver tempo, nesta última semana de trabalho do Legislativo.

ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO CONTEÚDO — 25/05/2015



JANOT pediu investigação



RICARDO E MALTA afirmaram que vão buscar meios de cancelar a votação do Senado que aprovou a resolução

DELAÇÃO DA ODEBRECHT

Bancada capixaba quer anular mudança

Parlamentares do Estado afirmaram que vão buscar na Justiça invalidar os efeitos da resolução que tirou força do Fundap

Eduardo Alencar

Após o ex-diretor da Odebrecht Cláudio Filho dizer em delação premiada que a empreiteira pagou para incluir emendas em 14 medidas provisórias e projetos para benefício próprio, entre elas, o fim do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), membros da bancada federal capixaba querem, por meio da Justiça, anular os efeitos da resolução 72/2010, aprovada no Senado em 2012.

O senador Ricardo Ferraço (PSDB), que foi relator da resolu-

ção, afirmou que tentou evitar a aprovação da medida e que não imaginava que podia ser um esquema de corrupção.

“Quando alguém delata, é preciso apurar a veracidade disso porque o delator pode estar falando a verdade ou não. Mas uma das coisas que podemos começar a pensar é em pedir a anulação dessa votação, dados os vícios”, disse.

Magno Malta (PR), também senador, declarou que vai buscar um meio de pedir a anulação da resolução. “Vou me pronunciar esta semana e vou buscar uma maneira de recorrer”, ressaltou.

Entre os deputados, a maioria acredita que o Estado precisa buscar uma forma de ressarcimento.

Carlos Mannato (SD) disse que vai sugerir uma reunião entre a bancada para buscar os direitos do Estado na Justiça. Para Sérgio Vidigal (PMDB), a resolução foi orquestrada entre a Odebrecht, os parlamentares que receberam a

propina e o Executivo, que na época era comandado pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Jorge Silva (PHS) e Helder Salomão (PT) ressaltaram que é preciso ser prudente em relação ao depoimento do ex-diretor da construtora, mas também defendem uma ação na Justiça, caso sejam comprovados os fatos.

Lelo Coimbra (PMDB) relatou que se houver uma maneira jurídica de reverter a situação, terá seu apoio. Já Evair de Melo (PV) quer a prisão de todos os envolvidos.

Marcus Vicente (PP) disse que as denúncias são graves, mas pedem cautela. “Se forem homologadas pela Justiça, vamos buscar nossos direitos”, revelou.

Max Filho (PSDB) e Givaldo Vieira (PT) acreditam que é cedo para falar em ação judicial.

A senadora Rose de Freitas (PMDB) e o deputado Paulo Foletto (PSB) foram procurados pela reportagem, mas não retornaram.

É possível cancelar, diz especialista

ANTONIO COSME — 15/09/2015

Após os membros da bancada federal capixaba afirmarem que vão buscar um meio legal para pedir a anulação da resolução que reduziu drasticamente o Fundap, a reportagem de **A Tribuna** procurou o advogado especialista em Direito Constitucional e presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Cláudio Colnago, para saber se é possível reverter o caso.

Segundo ele, a situação é complexa, pois depende de provas de que realmente houve pagamento de propina para aprovação do projeto. Caso isso ocorra, é possível



COLNAGO: “Desvio de finalidade”

questionar a legalidade da resolução por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), de acordo com o advogado.

“A dificuldade vai ser comprovar que a aprovação foi resultado do pagamento de propina. Todavia, caso se comprove, então podemos pensar numa nulidade, alegando desvio de finalidade legislativa, porque atendia a interesses de uma empresa”, disse Colnago.

O especialista ainda ressaltou que qualquer partido político, o governo do Estado ou entidades de classe, como a OAB, podem ingressar com a ação no Supremo Tribunal Federal (STF).